



**SEMINÁRIO REGIONAL SOBRE DESLOCAÇÃO INTERNA NA
REGIÃO DA SADC (COMUNIDADE PARA O
DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA AUSTRAL)**

**GABORONE, BOTSWANA
24 a 26 de Agosto de 2005**

Co-patrocinadores:

**Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
Representante do Secretário-geral das Nações Unidas para os Direitos
Humanos das Pessoas Deslocadas Internamente**

**Projecto sobre Deslocamento Interno da
Brookings Institution e Universidade de Berna**

RESUMO EXECUTIVO

Aproximadamente 25 milhões de pessoas no mundo inteiro são deslocados de seus próprios países pela violência e a perseguição, e mais da metade encontram-se na África. Aproximadamente 2.900.000 pessoas deslocadas internamente encontram-se em países da SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral). A maioria está na República Democrática do Congo e no Zimbábue, aonde os deslocados encontram-se numa situação crítica precisando de assistência humanitária e protecção. Depois de vários anos de terminado o conflito interno, Angola ainda tem uma importante população de deslocados internos. Várias lições a respeito do retorno, reinstalação e reintegração dos deslocados internos podem ser aprendidas da experiência de Moçambique a meados dos anos noventa. Todavia o deslocamento continua ocorrendo em vários outros países da SADC como resultado de catástrofes naturais e outras causas.

“Os deslocados internos na África estão entre os mais vulneráveis do mundo,” segundo o representante do Secretário-geral das Nações Unidas para os direitos humanos das pessoas deslocadas internamente, Walter Kälin. “Na última década as taxas mais altas de mortalidade e desnutrição durante emergências humanitárias ocorreram entre pessoas internamente deslocadas na África. Em muitos casos as pessoas foram deslocadas várias vezes e separadas de seus lares durante anos, sem nenhuma solução duradoura em vista. Muitos enfrentam o risco de contínuos ataques armados, desnutrição, violência e exploração sexual, recrutamento militar forçado e doenças incluindo o HIV/AIDS.”

Um passo importante para começar a resolver esta crise humanitária foi o primeiro seminário sobre deslocamento interno na região da SADC, celebrado em Gaborone, Botswana de 24 a 26 de Agosto de 2005 para estudar o fenómeno da deslocação interna na região e discutir formas para melhorar a resposta nacional, regional e internacional. A reunião foi patrocinada pelo governo da Botswana e co-patrocinada pelo projecto sobre deslocação interna da Brookings Institution – e da Universidade de Berna, pelo representante do Secretário-geral da ONU para os direitos das pessoas deslocadas internamente e do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR).

Os mais de 100 participantes incluíram representantes do governo de Angola, Botswana, República Democrática do Congo, Lesoto, Malawi, Ilhas Maurícias, Moçambique, Namíbia, Seychelles, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue, além de representantes de instituições nacionais de direitos humanos, a secretaria da SADC, organizações não governamentais locais e internacionais, agências da ONU, governos doadores e peritos de instituições de pesquisa. Foram convidados especiais: sua excelência Sir Ketumile Masire, ex-presidente do Botswana e sua excelência Joaquim Alberto Chissano, ex-presidente de Moçambique.

“A responsabilidade pela assistência e protecção às populações deslocadas internamente compete primordialmente aos governos nacionais,” enfatizou Phandu Skelemani, Ministro para Assuntos Presidenciais e Administração Pública do governo do Botswana, porém salientou que os efeitos da deslocação interna frequentemente ultrapassam as fronteiras, portanto são também essenciais os enfoques regionais.

As seguintes foram algumas das recomendações feitas pelo seminário aos governos da SADC:

- Desenvolvimento de leis e políticas nacionais a respeito da deslocação interna
- Promoção e divulgação dos *Princípios Orientadores para a Deslocação Interna*
- Melhoria da recolha de dados a respeito dos deslocados internos e suas necessidades
- Acesso total aos deslocados internos
- Inclusão dos deslocados internos em programas contra o HIV/AIDS
- Aprimoramento da formação de funcionários do governo sobre a deslocação interna e os direitos das populações deslocadas internamente
- Maior envolvimento de instituições nacionais de direitos humanos, da sociedade civil e dos próprios deslocados nos programas para lidar com a deslocação interna
- Mais esforços sustentados para enfrentar as causas da deslocação.

O seminário também conclamou à SADC e outras organizações regionais africanas à nomear pontos focais para a deslocação interna, promover a ampla divulgação e uso dos *Princípios Orientadores relativos aos Deslocados Internos*, desenvolver enfoques regionais para enfrentar o problema, intercambiar melhores práticas e apoiar a capacidade das instituições africanas na pesquisa e participação no processo decisório dos assuntos relacionados à deslocação.

A comunidade internacional foi exortada a desenvolver uma resposta internacional mais efectiva e previsível à deslocação interna, incluindo: acordos institucionais claramente definidos para a protecção e assistência aos deslocados internos; o fortalecimento do papel das forças de paz em situações de deslocação; maior trabalho de apoio e diálogo com governos e outros actores e recursos adequados para lidar com as necessidades emergenciais e de reintegração dos deslocados internos.

O grupo de recomendações emanadas do seminário está publicado em Português neste relatório para sua mais ampla divulgação na região da SADC. O relatório completo do seminário e documentos relacionados encontram-se disponíveis em Inglês no endereço: www.brookings.edu/fp/projects/idp/SADC_rpt.pdf.

Recomendações

As seguintes recomendações, derivadas dos trabalhos do Seminário sobre Deslocação Interna na Região da SADC baseiam-se no reconhecimento de que a responsabilidade pela resolução da deslocação interna compete primordialmente às autoridades nacionais. Estas recomendações complementam o *Arcabouço de Responsabilidade Nacional* para tratar da situação da deslocação interna, que foi apresentado com muito sucesso no seminário, e reconhecidas como uma referência e uma ferramenta para ajudar aos governos a cumprir suas responsabilidades em relação aos deslocados internos. Elas foram organizadas segundo o nível de responsabilidade à qual referem-se: nacional, regional ou internacional.

Recomendações para os governos da SADC:

- **Promover e disseminar os *Princípios Orientadores relativos aos Deslocados Internos*.** Reconhecidos como uma ferramenta essencial e como um cânone na abordagem da deslocação interna, os *Princípios Orientadores* devem ser amplamente divulgados e seu uso deve ser promovido na região da SADC. Recomenda-se a sua tradução para os idiomas locais. Devem também ser usados os meios de comunicação de massa para elevar o nível de conscientização sobre os direitos dos deslocados internos.
- **Desenvolver leis e políticas nacionais sobre a deslocação interna.** As leis e políticas nacionais devem basear-se nos *Princípios Orientadores relativos aos Deslocados Internos*. Preferentemente devem focalizar todas as fases da deslocação, incluindo atenção à prevenção da deslocação arbitrária e a exigência de que o retorno, reinstalação e reintegração local ocorram de forma voluntária, com segurança e dignidade, mediante disposições específicas que facilitem o acesso à terra e a restituição da propriedade perdida. As políticas devem também especificar acordos institucionais locais e nacionais para fazer face aos problemas dos deslocados internos, prestando especial atenção às necessidades específicas das mulheres e crianças.
- **Atacar a raiz da deslocação interna.** Os estados devem mitigar as condições que permitem que as populações fiquem vulneráveis à deslocação, promovendo a reconciliação e o estabelecimento da paz para resolver as causas da deslocação; desenvolvendo estratégias de desenvolvimento baseadas nos direitos das populações e resolvendo a insegurança alimentar na região da SADC.
- **Facilitar o acesso da ajuda humanitária aos deslocados internos.** Nos casos em que o estado não possua a capacidade de responder efectivamente à deslocação interna, deve assegurar que os organismos de ajuda humanitária tenham acesso seguro e desimpedido aos deslocados internos. Os atores não estatais têm a responsabilidade de assegurar que os deslocados internos tenham acesso à assistência nas áreas sob seu controle.

- **Melhorar a recolha de dados sobre a deslocação interna.** Os governos, instituições académicas e organismos internacionais devem cooperar para melhorar os métodos de recolha, análise e disseminação dos dados a respeito das condições e necessidades dos deslocados internos. As questões complexas que derivam da deslocação interna, tais como o fim da deslocação devem também ser abordadas.
- **Aumentar os esforços para tratar das necessidades específicas dos deslocados internos mais vulneráveis.** Maior atenção deve ser voltada aos problemas específicos das mulheres e crianças, incluindo o recrutamento forçado, a violência baseada em género e a exploração sexual, o acesso à terra e o envolvimento no processo decisório.
- **Incluir as populações deslocadas internamente em abrangentes programas contra o HIV/AIDS.** É necessário realizar mais pesquisas para poder entender melhor quais são as vulnerabilidades das populações deslocadas internamente em relação ao HIV/AIDS. Os deslocados internos devem ter acesso integral aos programas de tratamento e prevenção do HIV/AIDS. O estigma e a discriminação associados ao HIV/AIDS devem ser firme e activamente combatidos.
- **Prover soluções duradouras para os deslocados.** Para apoiar a sustentabilidade do retorno, reinstalação e reintegração, os programas de transição pós conflito devem concentrar-se na redução da vulnerabilidade das comunidades e o aumento das posses das famílias e de suas capacidades individuais. Deve ser assegurada a isonomia de acesso à terra das populações deslocadas internamente assim como à assistência para o desenvolvimento. Ao mesmo tempo os programas de reintegração e reconstrução terão maior efectividade quando beneficiarem à comunidade como um todo. Os desafios complexos e de longo prazo tais como a desmobilização dos combatentes, a remoção de minas, a restauração da lei e da ordem, e a reconstrução das instituições nacionais devem ser enfrentados o mais rapidamente possível, e de preferência antes de reiniciar o processo de reinstalação.
- **Assegurar acordos e coordenação institucional efectivos.** Cada estado da SADC deve identificar um ponto focal nacional para assumir a responsabilidade sobre assuntos ligados à deslocação interna. O ponto focal deverá promover a coordenação entre os diferentes níveis e sectores do governo, a sociedade civil e a comunidade internacional.
- **Intensificar o treinamento em assuntos ligados à deslocação interna.** Deverá ser ministrado treinamento aos funcionários do governo, parlamentares, membros de instituições de direitos humanos nacionais, funcionários policiais e militares, ONGs, comunidades internamente deslocadas, equipas de país da ONU e forças de paz, visando operacionalizar os *Princípios Orientadores*.
- **Envolver todas as partes interessadas no processo de tomada de decisões a respeito da deslocação interna.** O processo decisório a respeito da deslocação interna, incluindo o desenvolvimento de leis e políticas nacionais sobre esse assunto

deverá ser realizado em estreita consulta com todas as partes interessadas incluindo as populações deslocadas internamente e a sociedade civil.

- **Reconhecer e apoiar o papel da sociedade civil na resolução do problema da deslocação interna.** Deve ser maximizado o apoio às ONGs locais ao passo que deve ser prestada especial atenção à formação das mulheres nas áreas rurais para que possam organizar-se e participar da sociedade civil. As ONGs locais foram convidadas a intensificar os contactos entre si, de maneira a facilitar a coordenação e compartilhar experiências a respeito de melhores práticas. Os estados e outras autoridades foram exortados a proporcionar segurança ao pessoal das ONGs locais e dos organismos de ajuda humanitária que prestam auxílio aos deslocados.
- **Apoiar o engajamento das instituições de direitos humanos nacionais na abordagem à deslocação interna.** Os governos devem estimular e apoiar o estabelecimento de instituições de direitos humanos nacionais e seu engajamento em assuntos relacionados às populações deslocadas internamente.
- **Dedicar recursos financeiros à deslocação interna mostrando dessa forma a seriedade com que os governos abordam a questão da deslocação interna.** Os países que enfrentam este problema devem alocar recursos específicos para atender às necessidades dos deslocados internos, assegurando a geração de soluções duradouras, mitigando futuras deslocações e assegurando também que esses recursos sejam distribuídos de maneira não discriminatória. O respeito pelos direitos civis e políticos não é uma questão predominantemente financeira, o progresso nesta área deve ser alcançado de maneira ágil e rápida.

Recomendações para a SADC e outras organizações regionais da África:

- **Continuar a desenvolver uma abordagem continental e sub-regional para a questão da deslocação interna.** O desenvolvimento de enfoques regionais mais robustos para a deslocação interna na região sul da África deve ser tratado como uma matéria urgente. A secretaria da SADC deve nomear um ponto focal para as populações deslocadas internamente; manter diálogos regulares a respeito dos assuntos relacionados aos deslocados internos durante as reuniões do seu órgão de política, defesa e cooperação para a segurança e continuar os diálogos regionais sobre assuntos relacionados à deslocação interna, como por exemplo através do Diálogo sobre a Migração para a África Austral (MIDSA). Deverão ser exploradas outras iniciativas regionais de cooperação em áreas tais como a formação e cooperação técnica em questões tais como registo das populações, soluções duradouras, recolha de dados e desenvolvimento de políticas públicas e legislativas. Os estados da SADC deveriam assegurar uma ampla divulgação do *Compendio de Instrumentos e Textos da OUA sobre Refugiados, Repatriados e Pessoas Deslocadas na África* (2000), e apoiar a iniciativa da União Africana no sentido de estabelecer normas para os direitos das populações deslocadas internamente.

- **Enfrentar os problemas de governabilidade relacionados com a deslocação interna.** Devem ser utilizados instrumentos regionais tais como os mecanismos de revisão entre pares para resolver os problemas da deslocação interna e de governabilidade a ela associada. Os mecanismos regionais e internacionais que visam dar fim à impunidade por violações graves dos direitos humanos devem ser utilizados de maneira integral, incluindo o Tribunal da SADC.
- **Promover o intercâmbio de melhores práticas sobre a deslocação interna dentro e através das regiões.** Devem ser aproveitadas as oportunidades de aprender da experiência de outros países e regiões no enfrentamento da deslocação interna. Em particular deve-se buscar orientação e estabelecer oportunidades de diálogo a respeito da deslocação provocada pelo desenvolvimento.
- **Desenvolver a capacidade das instituições africanas para produzir pesquisa sobre a deslocação interna e participar no processo de tomada de decisões sobre o assunto.** A capacidade das instituições africanas deve ser fortalecida para que realizem pesquisas que sejam relevantes para as políticas sobre deslocação interna e canalizar seus resultados aos processos de desenvolvimento de políticas a nível regional e internacional. Devem ser apoiados os institutos de pesquisa que produzem análises empíricas sólidas. As organizações da sociedade civil, incluindo os grupos de pesquisa, foram encorajadas a envolver-se de maneira mais efectiva no processo decisório sobre a deslocação interna da União Africana. Os organismos internacionais foram instados a envolver-se mais directamente na formação e capacitação com organizações africanas regionais e sub-regionais.

Recomendações para a comunidade internacional:

- **Assegurar uma resposta internacional mais engajada, efectiva e previsível em relação às populações internamente deslocadas.** A meta da resposta internacional à deslocação interna deve ser alcançar um maior nível de previsibilidade e responsabilização na prestação de contas. Os organismos internacionais tais como o Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), o Gabinete da ONU para a Coordenação de Assuntos Humanitários e outras agências da ONU foram exortados a assumir um papel mais relevante na questão da deslocação interna na região da SADC. O ACNUR foi convidado a assumir um papel de liderança nesta questão.
- **Fortalecer a capacidade das agências internacionais que trabalham em assuntos relacionados às populações internamente deslocadas e assegurar um enfoque internacional abrangente.** A coordenação, mobilização de recursos e acordos de segurança devem ser aprimorados para permitir que os organismos internacionais trabalhem mais eficientemente em prol dos deslocados internos. O sistema de mobilização internacional de recursos deve ser mais previsível e equitativo. Deve também assegurar que a assistência aos deslocados internos não se detenha ao final do conflito mais que inclua o processo de reintegração e reconstrução.

- **Desenvolver um esforço de defesa internacional e diálogo com governos e outros actores.** As agências internacionais devem expandir as oportunidades à sua disposição para trabalhar em defesa dos deslocados. Devem trabalhar de maneira proativa para engajar os governos em diálogos, quando apropriado, assim como com actores não estatais visando promover respostas nacionais à deslocação interna. O Representante do Secretário-geral das Nações Unidas para Direitos Humanos dos Deslocados Internos foi exortado a levar uma missão à RDC.
- **Aperfeiçoar as capacidades das forças de paz na resposta à deslocação interna.** As operações de paz não devem ser vistas exclusivamente no contexto de uma função militar, mas também como uma oportunidade para trabalhar em prol da melhoria das condições e capacidades nacionais na transição efectiva de situações de conflito. Os assuntos relacionados à deslocação interna devem ser integrados nas primeiras fases do planeamento da missão. As forças de paz devem receber treinamento em assuntos relacionados com a deslocação interna antes de ser transportadas ao local e também durante a missão. Devem ser implementadas e cumpridas a rigor todas as políticas de tolerância zero com a exploração sexual dos deslocados e outras populações afectadas, tanto com as forças de paz como com o pessoal que trabalha para agências de ajuda humanitária.
- **Melhorar a mobilização dos recursos e obter um maior engajamento dos doadores.** O sistema de mobilização de recursos para enfrentar a deslocação interna e outras crises humanitárias deve tornar-se mais previsível, eficiente e equitativo em todas as regiões e níveis de necessidade humanitária. Adicionalmente o apoio dos doadores para enfrentar o deslocamento interno não deve estar limitado à assistência em caso de emergências, mas deve também incluir actividades que promovam a prevenção da deslocação assim como soluções duradouras para os deslocados. Neste sentido os doadores devem considerar desenvolver políticas específicas para a deslocação interna tal como exemplificado pela USAID, visando promover um enfoque mais focalizado, coordenado e abrangente à deslocação interna. O apoio dos doadores deve visar o aprimoramento da capacidade nacional e os enfoques regionais para lidar com a deslocação interna. Além da assistência às iniciativas regionais e a governos, sobre tudo da SADC e da União Africana, deve incluir o apoio a instituições de pesquisa, ONGs locais e iniciativas das próprias comunidades deslocadas internamente.

*Relatores do Seminário: Megan Bradley,
David Bugden, Maureen Master*

*Relatório editado por: Erin Mooney
Brookings Institution-Universidade de Berna, Projecto sobre Deslocação Intern*